ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 09 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia doze de março do ano de dois mil e quatorze, na sala de reuniões número sete da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com a presença dos Senadores: Inácio Arruda, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ruben Figueiró, Maria do Carmo Alves, Eduardo Amorim, Walter Pinheiro, Vital do Rêgo, Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Mozarildo Cavalcanti. Deixam de comparecer os Senadores: Wellington Dias, Romero Jucá, Ricardo Ferraço, Ciro Nogueira, Benedito de Lira, Kátia Abreu, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro. Comparecem à presente Reunião, os Senadores não membros da Comissão: Humberto Costa e José Pimentel. Havendo número regimental é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 1ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que conforme Pauta previamente distribuída, a presente Reunião se divide em duas partes: A **primeira parte é destinada à deliberação do requerimento nº 03/2014 – CDR**, que: "Requer a realização de um ciclo de debate sobre as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da Região Nordeste." **Autoria**: Senador Antonio Carlos Valadares e Senadora Ana Amélia. **Resultado**: Aprovado. **A segunda parte da Reunião** destina-se à realização da primeira Audiência Pública do ciclo de debates da CDR, em atendimentoao **Requerimento nº 03/2014 – CDR**, tendo como convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Francisco Teixeira,que vem, nos termos do disposto no Art. 397, § 1º, do regimento interno do Senado Federal, combinado com o Art. 50, *caput* e § 1º, e Art. 58, § 2º, III da Constituição Federal, debater sobre: “As obras de revitalização e transposição do rio São Francisco, bem como os açudes da região Nordeste”. Às dez horas e cinquenta e sete minutos, assume a Presidência Eventual, o Senador Cícero Lucena. Às dez horas e cinquenta e nove minutos, o Senador Antonio Carlos Valadares reassume a Presidência. Após a exposição do Senhor Ministro, fazem uso da palavra os Senadores: Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Inácio Arruda, Humberto Costa e José Pimentel. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Marcus Guevara Sousa de Carvalho, Secretário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Antonio Carlos Valadares**

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

|  |  |
| --- | --- |
|  | **SENADO FEDERAL** **SF** - 3**SECRETARIA-GERAL DA MESA****SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA E REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS*****COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO DE DEBATES LEGISLATIVOS NAS COMISSÕES***CDR (3ª Reunião Extraordinária) 12/03/2014 |

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária.

Convido o nobre Ministro Francisco Teixeira para ocupar a Mesa, para início desta reunião extraordinária da CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Comissão.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, será publicada no *Diário do Senado.*

Comunicados.

Na conformidade com o requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 47, de 2013, de autoria do nobre Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente deste colegiado, faremos uma reunião no dia 14 de março de 2014, próxima sexta-feira, no Estado de Pernambuco, em Recife, no auditório do Hotel Golden Tulip Recife, localizado na Avenida Boa Viagem, para a realização de um seminário, com a participação da Sudene.

Esse seminário visa a debater o fortalecimento da Sudene e tem com tema “O Fortalecimento da Sudene no Contexto do Desenvolvimento Regional”.

Como sabemos, as responsabilidades institucionais da Sudene compreendem a articulação das forças representativas da região, a regionalização das políticas nacionais e dos recursos federais, a promoção das potencialidades locais, cabendo-lhe, também, definir objetivos e metas econômicas e sociais, induzir e apoiar a captação de recursos técnicos e financeiros nacionais e internacionais, gerir fundos para o desenvolvimento regional, promover a capacitação e inovação, induzir iniciativas de melhorias gerenciais e laborais e articular as políticas públicas para a Região Nordeste.

Por essas razões, é de fundamental importância que este tema permeie nossos debates.

Esperamos contar, no evento, com a participação de todas as bancadas do Nordeste no Congresso, governadores e presidentes das assembleias legislativas da região, as entidades e lideranças econômicas regionais e muitos outros convidados ligados ao tema.

O seminário será realizado com a colaboração do superintendente da entidade, Luiz Gonzaga Paes Landim.

Por tudo isso, convidamos todos os membros para participarem do referido seminário.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião será dividida em duas partes, sendo a primeira destinada à deliberação de requerimento, e a segunda destinada à realização da 1ª audiência pública de um ciclo de debates, com a finalidade de debater as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da Região Nordeste, hoje com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira.

Primeiro item da pauta.

**ITEM 1**

**MINUTA DE REQUERIMENTO Nº 3, DE 2014**

*Requer a realização de um ciclo de debate sobre as obras de revitalização e transposição do Rio São Francisco, bem como os açudes da Região Nordeste.*

**Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares

Em votação o requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em conformidade com o art. 398, incisos X e XI do Regimento Interno do Senado Federal será adotado o seguinte procedimento nesta audiência pública: o Sr. Ministro terá meia hora para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, dentro do assunto tratado, dispondo, cada um dos Senadores ou Senadoras, de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do Ministro, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para a tréplica.

Sr. Ministro, antes de conceder-lhe a palavra, em primeiro lugar, em nome desta Comissão, dou-lhe as boas-vindas, agradecendo pela cordialidade de sua presença nesta Comissão – V. Exª que está desenvolvendo um trabalho primoroso à frente do Ministério da Integração e merece também o nosso respeito, a nossa atenção e o nosso agradecimento pelo seu engajamento com as preocupações dos Senadores, especialmente os Senadores do Nordeste, que sabem o quanto V. Exª vem se empenhando para a realização destes objetivos propostos neste requerimento, que são: a transposição do São Francisco e a sua revitalização.

Nós sabemos que a transposição, no início, foi um projeto difícil para ser implementado, em virtude das divergências, que foram notórias, tanto no âmbito do Congresso Nacional, como na discussão e nos debates que foram travados em todos os Estados banhados pelo Rio São Francisco, especialmente os Estados de Alagoas, de Sergipe, que tinham resistências enormes quanto à implementação desse projeto, em virtude das preocupações advindas com a exploração dessas águas, com a sua transposição para outros Estados nordestinos.

Resolvido esse assunto, que foi a elaboração do projeto, o Governo intensificou a sua execução nos eixos Norte e Leste. E é sobre isso que nós temos a curiosidade de saber.

O Senado está transmitindo ao vivo esta reunião e também tem o interesse em saber, assim como a comunidade que nos acompanha, sobre as realizações que estão sendo efetivadas neste instante em relação à transposição do Rio São Francisco e à sua revitalização.

Portanto, V. Exª é bem recebido nesta Comissão, na condição de Ministro e também de nordestino, identificado com as questões prementes para o desenvolvimento da nossa Região.

Portanto, tem a palavra V. Exª, Ministro Francisco Teixeira. Com muita alegria, com muita honra, passo a palavra a V. Exª.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Meu bom-dia a todos. Quero cumprimentar todos os Senadores presentes aqui, na pessoa do nosso Presidente.

Senador Antonio Carlos Valadares, estou aqui, dentro do papel de Ministro interino da Integração Nacional, para prestar contas, principalmente do projeto de integração do São Francisco, mas também de outras ações relacionadas com o Nordeste brasileiro que sejam da pauta do Ministério da Integração, caso isso seja do interesse dos Senadores presentes.

Como nós temos meia hora, vou fazer rapidamente a apresentação.

No início, vou enquadrar o projeto do São Francisco como instrumento do desenvolvimento regional, desenvolvimento do nosso Nordeste setentrional, dos quatro Estados beneficiados – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Gostaria de passar, por favor...

Já que estamos aqui numa Comissão de Desenvolvimento Regional, tratando também de assuntos relativos à Sudene, vamos resgatar um pouco o estudo desenvolvido pelo nosso saudoso Celso Furtado, paraibano de Pombal, que coordenou o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1959.

Esta era a visão estabelecida, naquele estudo, do caminho natural para o desenvolvimento econômico de uma região, o caminho mais fácil. Que uma região que tivesse abundância em recursos naturais, principalmente em solo e água, poderia ter um setor primário altamente desenvolvido através do aumento de exportação de produtos primários. Se se conseguisse expandir essa área, com a escala, tinha-se uma maior rentabilidade. Então, tinha uma elevação do nível da renda, com a qual haveria uma procura e uma demanda por bens e serviços. E a partir dessa demanda se estabeleceria um mercado interno que possibilitaria a diversificação da estrutura produtiva através da industrialização.

Se percebermos, isso é o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos com o algodão, ainda no século XVIII e início do século XIX. Aconteceu com o café no Brasil; Celso Furtado dá o exemplo disso. E no Nordeste brasileiro não foi possível – pode passar aí, por favor - exatamente por esses motivos, ou seja, no Nordeste, principalmente no Semiárido, mas nós temos uma pobreza relativa de recursos naturais tanto de solo como de água.

Fala-se muito da carência hídrica da Região Nordeste, mas nós também temos uma pobreza, em termos de solos, em grande quantidade. Não temos uma riqueza de solos como há no Centro-Oeste, que hoje passa por um dinamismo econômico muito grande, baseado exatamente no setor primário, que tem uma abundância de águas e de solos. Com isso se eleva o nível de renda. E já temos regiões do Centro-Oeste se industrializando. Isso é perfeitamente perceptível.

No caso do Nordeste, esse caminho natural e mais barato não foi possível, impossibilitou o aumento de exportações de produtos primários. Não houve condições de elevar a renda. Então, houve uma predominância do setor de subsistência na economia. Como o setor de subsistência bem diz, você gera aquilo para sobreviver.

Houve, portanto, uma falta de geração e de elevação da renda. Inexistência de um mercado interno, porque não havia renda nem demanda e não se formou um mercado interno. Então, não houve a condição de diversificar a estrutura econômica, que é a industrialização tão almejada pelo Nordeste já naquela época. Aí foi gerada pobreza. Com o crescimento populacional veio mais pobreza ainda, porque nós estamos numa das regiões semiáridas mais populosas do mundo.

Pode passar.

Como diretrizes, naquela época, porque em muitos casos vários desses pontos ainda são atuais, preconizava-se uma intensificação dos investimentos industriais. Era o caminho mais caro, mas era preciso o uso de capital intensivo para buscar a industrialização.

A transformação da economia agrícola da faixa úmida, através da produção de alimentos na periferia do polígono das secas. A transformação da economia das zonas semiáridas através de irrigação dos vales dos grandes rios, ou seja, a irrigação já era colocada como um dos caminhos para possibilitar o desenvolvimento da região. Seria no Vale do São Francisco, principalmente, mas no vale dos outros rios, como o Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte, e Jaguaribe, no Ceará.

E se pregava até o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste para colonização de terras úmidas no Maranhão e Goiás. Se a gente perceber, não de uma forma planejada, como queria Celso Furtado, mas de uma forma natural, aconteceu isso. Hoje a grande fronteira agrícola do Brasil é o Centro-Oeste e temos essa fronteira subindo para o Sul do Maranhão, já atingindo o Maranhão e atingindo também o Piauí. Tudo isso era vislumbrado naquelas épocas.

Pode passar, por favor.

O novo plano elaborado quando ainda era Ministro Ciro Gomes, em 2005. Dentro de uma nova realidade do Nordeste ele coloca como vetores de uma estratégia para o desenvolvimento do Semiárido uma rede de cidades com infraestrutura. O Nordeste hoje não é mais aquele iminentemente rural, é um Nordeste urbano. Então, tem uma rede de cidades que precisa ser mais bem estruturada. Atividades urbanas são importantes hoje. Atividades dentro do urbano como do rural. A pequena industrialização da produção rural. Mineração. Um negócio inclusive pautado na música popular nordestina que tem empregado muita gente.

Atividades produtivas de larga escala, como o vetor exportador, através do agronegócio, da irrigação, e atividades de menor porte, como os arranjos produtivos locais e a agricultura familiar, que contribui para a segurança alimentar e alivia a pressão demográfica.

Esses são os vetores mais modernos para o desenvolvimento da região.

Pode passar.

Aqui, quero colocar o Projeto São Francisco. Quando falo desse projeto, falo também de outros eixos de água estruturante que estão sendo pensados e executados na Região Nordeste.

Por que todo mundo quer ter sua ligação de água ao São Francisco?

Primeiro, o Nordeste só tem 3% da água do Brasil e 28% da população. O São Francisco representa 70% dessa reserva hídrica. A Bacia do São Francisco, naquela época, tinha cerca de 13 milhões de habitantes, e o Nordeste Setentrional, tirando Pernambuco, mas só com Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, outros 13,8 milhões. Hoje, há mais, e são dados de 2005.

E aqui vocês podem ver a disponibilidade hídrica *per capita*. O São Francisco tinha uma média de 7 mil metros cúbicos por habitante/ano, e o resto do Nordeste, dos rios intermitentes de Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, 550 m³/hab/ano, no Rio Grande do Norte; 430 m³/hab/ano, no Ceará, e a Paraíba com 220 m³/hab/ano, ou seja, o Estado mais pobre em termos de disponibilidade hídrica.

Então, o que se buscou com o projeto foi equilibrar um pouco essa disparidade em termos de disponibilidade hídrica.

Agora, claro, tendo como, eu diria, atendimento prioritário o abastecimento de cidades, o abastecimento urbano, o abastecimento humano. Então, a ideia era garantir água para esses Estados, no sentido de ter a água com garantia adequada para o abastecimento de suas populações, para que a água local sobrasse para alguma atividade produtiva, já que é preciso ter água para alguma atividade produtiva.

Pode passar.

Aqui, vocês podem perceber, só falando um pouco da geologia, que é muito importante e decisiva para qualquer região, especialmente o Nordeste. Vocês podem perceber que a região abrangida pelos eixos norte e leste do Projeto São Francisco é aquela região onde você tem uma predominância de geologia de embasamento cristalino.

O que isso representa?

Representa pobreza em água subterrânea, ou seja, além de se ter uma pobreza em água superficial, há pobreza em água subterrânea, e o embasamento cristalino nesse tipo de geologia é decisivo para os rios serem intermitentes. Não só a elevada evaporação na região, mas a questão geológica enseja que nossos rios sejam intermitentes. Ou seja, esses rios têm fluxo durante dois ou três meses do ano quando chove. Por exemplo, certos rios, no Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, e os próprios afluentes intermitentes do São Francisco, não têm fluxo de água há dois anos. Ou seja, há dois anos, esses rios não têm fluxo de água, porque estamos com dois anos de seca. São rios que só têm água quando realmente chove, e, naquele período, é preciso guardar água em reservatórios. Do contrário, a água vai toda para o mar, e não se tem água no resto do tempo.

Imaginem se o Ceará não tivesse uma rede de açudes, se a Paraíba não tivesse o Coremas/Mãe D'Água, Epitácio Pessoa; o Rio Grande do Norte, a Barragem do Açu, Barragem de Santa Cruz. A água que choveu lá em 2009, 2010, 2011, teria ido para o mar e estaria todo mundo hoje sem água. Então, esses reservatórios ainda estão suportando essa seca de dois anos, mas isso não é suficiente, exatamente por isso.

Pode passar.

Qual é o grande problema?

O grande problema é que, como os rios são intermitentes, e a chuva é muito variável, a oferta hídrica baseada simplesmente nos reservatórios é também irregular, assim como é irregular a chuva. Vocês podem perceber – isso aqui é antigo, e não estou colocando ainda – a grande seca de 2012, porque em 2012/2013, isso aqui também está indo lá para baixo, mas é para vocês perceberem que o que o Nordeste vive hoje sempre viveu em períodos recorrentes no passado. Aqui foi a grande seca do início dos anos 90. Aqui nós temos a capacidade de acumulação de água do Ceará. Hoje já são 18 bilhões. Aqui eram 17,5 bilhões de metros cúbicos.

Ora, vocês podem perceber que essa capacidade varia. Às vezes ela está próxima, inclusive, aos 100%, quando teve uma recarga fenomenal em 2004. Mas, aqui, vejam o período dos anos 90, até 2003, em que esses reservatórios ficaram, em média, entre 30% e 40%, ou seja, durante quase uma década, conviveu-se com uma reserva hídrica entre 30% e 40%. Quando chegou em 2004, que houve aquela tromba d'água muito forte, fomos para quase 100%. Aí passamos a primeira década do milênio – infelizmente este gráfico eu pequei ontem; vou completá-lo com dados da Cogerh, no Ceará – com uma reserva hídrica variando entre 60% e 70%, ou seja, uma década com certo conforto de água. Já entramos nesta nova década, desde 2012, com a reserva hídrica caindo, e hoje o Nordeste se encontra de novo nessa situação, em termos de reserva hídrica. Estamos aí em torno dos 30%. Em certos casos, caindo já para a casa dos 20%.

Então, o São Francisco entra nesse período mais crítico. Ou seja, quando você está com essa reserva hídrica muito baixa, você traz água do São Francisco para garantir o aporte hídrico fundamentalmente para o abastecimento de 390 cidades, garantindo água para 12 milhões de habitantes. Então, ele é um instrumento de segurança hídrica. Ele é uma espécie de seguro-água.

Pode passar.

Sinalizando os eixos que estão em obra: eixo Norte, eixo Leste.

Esses ramais em vermelho são obras associadas ao São Francisco. Brevemente este Ramal do Entremontes, em Pernambuco, este Ramal do Agreste, também em Pernambuco, estarão aí com os editais disponíveis na praça para licitação. Já estão com os editais praticamente concluídos. O Cinturão das Águas, no Ceará, já está em obra. Este Ramal do Apodi também, até no final do primeiro semestre, que vai levar água para o Rio Grande do Norte, deveremos licitar. O Canal Vertente Litorânea, na Paraíba, também está em obra.

Então, aqui são grandes obras estruturantes, associadas ao projeto São Francisco, ao Rio São Francisco.

Os Estados do Nordeste, de forma geral, do Semiárido, precisam ter essa segurança hídrica, que nada mais é do que uma ligação com a grande fonte hídrica da região, que é o São Francisco. E fazer com que essa rede de canais e de adutoras que se derivam dos rios perenizados – em azul-claro, como vocês estão vendo –, que são rios ou já perenizados e terão fortalecimento da perenização, ou trechos que ainda não foram perenizados, que serão perenizados, como o Salgado, aqui no Ceará, como o Rio Paraíba. Este rio, até o Açude Boqueirão, não é perenizado. Vai ser perenizado.

Então, vamos ter uma grande rede de canais, de eixos, de leitos de rios perenizados e de adutoras, que vai dar uma capilaridade à segurança hídrica no território do Nordeste.

Aqui, por favor, clica no Canal do Sertão Alagoano.

Não só os eixos Norte e Leste do Projeto São Francisco estão em obras, mas também os Estados da chamada bacia doadora do São Francisco estão sendo beneficiados com esse grande plano, que chamamos plano São Francisco, de levar garantia hídrica do São Francisco aos Municípios mais distantes do Semiárido nordestino.

Aqui é o Canal do Sertão Alagoano. A União está investindo aqui em quatro trechos desse canal, que representam 120 quilômetros, que estão em obra, dos quais 70 quilômetros já estão com água. Foram R$2 bilhões nessa primeira etapa, ou seja, fazer a água chegar quando os outros trechos forem concluídos no projeto e incluídos no PAC 3. Fazer a água chegar inclusive a Arapiraca, bem aqui.

Isso aqui é o que está em obra hoje. Os trechos que estão em obra, mas a obra vai chegar a Arapiraca, ou seja, vai atender a todo o sertão alagoano.

Daqui já há adutoras sendo construídas, porque, qual é a grande vantagem? O São Francisco passa aqui dentro de um *canyon*. Mesmo com a barragem de Xingó, que elevou em 80 metros o nível da água do São Francisco, o bombeamento ainda é muito alto, daqui do cânion de Xingó para Alagoas e para Sergipe, aqui em embaixo. Então, as adutoras atuais já estão sendo pensadas e trabalhadas pelo Governo de Alagoas sendo tiradas daqui do canal. Vai diminuir também o custo de energia, porque esse canal capta quase por gravidade aqui, no lago de Moxotó, ali no Complexo Paulo Afonso. Ele vem com um pequeno bombeamento, e aqui vem tudo por gravidade, e as adutoras, em vez de puxarem água lá do São Francisco, vão tirar água do canal. Já estão sendo feitas duas: a adutora da região de Delmiro Gouveia, que leva água aqui, voltando a Delmiro, e está levando para os Municípios acima; e a adutora da bacia leiteira, mais aqui à frente.

Então, é um plano para o futuro de Alagoas que já está sendo posto em implementação.

Pode passar.

Aqui no canal também, da mesma região de Paulo Afonso, o Canal de Xingó para Sergipe.

Por favor, clique aqui. Não saiu aí o canal. É o Canal de Xingó. Ali na bolinha. Pronto.

Aqui está o Complexo Paulo Afonso, e aqui está o lago de Xingó, no grande cânion do São Francisco. Ainda existe. Uma parte foi afogada, mas o cânion está lá, inclusive é um dos belos passeios turísticos do Estado de Sergipe. Eu estava dizendo aqui ao Senador Valadares que o anteprojeto deste canal já está em processo de contratação pela Codevasf, para depois poder lançar, em regime diferenciado de contratação, o projeto executivo e as obras desse canal. Vai fazer o mesmo papel que o Canal do Sertão faz para Alagoas, ou seja, vai passar pelo sertão de Sergipe, facilitando, com menor custo de energia, o atendimento das populações para os mais diversos usos no Estado de Sergipe.

Pode passar, por favor.

O Eixo Sul da Bahia é outro grande empreendimento previsto. Ele está em projeto. Está sendo desenvolvido o estudo de viabilidade e o anteprojeto. Vai levar água do lago de Sobradinho, nas imediações de Juazeiro, na Bahia, para o sertão aqui, a região do Senhor do Bonfim, levando água para o Rio Vaza-Barris e para o Rio Itapecuru, que são dois rios importantes do Semiárido da Bahia. É outro eixo que está sendo pensado.

Pode passar. Volte, por favor, para a apresentação principal.

Então, o que eu quero dizer é o seguinte: o chamado Eixo Norte e Eixo Leste, onde estão as obras mais avançadas, fazem parte de um grande plano de levar a água do Rio São Francisco, como eu já falei, aos vários Estados da bacia e Estados que não estão na bacia, mas que fazem parte do Semiárido brasileiro, no sentido de regularizar a oferta hídrica da região, para que, se houver outra seca como esta que estamos vivendo agora, nós tenhamos a garantia de água em 390 cidades, no caso do Eixo Norte e Leste, mas também em Municípios dos Estados de Alagoas, Sergipe e do Sertão da Bahia, em futuro próximo.

Aqui, tudo isso em azul que os senhores estão vendo são os sistemas adutores que já existem e que vão ser fortalecidos com oferta hídrica levada por esses canais. Cito a cidade de Fortaleza, só para se ter um exemplo da importância desse empreendimento. Hoje, o açude Castanhão, que é o maior reservatório do Ceará, já atende Fortaleza desde maio de 2012. Vai fazer dois anos agora que quem garante o atendimento hídrico da região metropolitana de Fortaleza – não é só Fortaleza, são 15 Municípios – é o açude Castanhão. Esse açude, por exemplo, se para o ano houver outra seca, nós já vamos ter que aumentar ainda mais o controle sobre a água. Ninguém sabe quanto tempo pode durar uma seca. É normal haver seca de um ano, dois anos, mas a gente pode ter seca de quatro anos, cinco anos, como já tivemos. Então, nesse momento, o São Francisco entra, fortalecendo a oferta para garantir a água fundamentalmente das populações.

Pode passar. Volte para a apresentação, por favor. Clique em cima. (*Pausa.*)

Pronto. Pode passar, por favor.

Aqui são os reservatórios que vão servir de receptores de água do projeto São Francisco, os reservatórios que vão receber água, que já existem, e vão ter a sua oferta hídrica garantida, aumentada por esse projeto.

Pode passar.

Esse é o sistema de gestão, que eu já havia falado para vocês como foi concebido.

A Presidenta está na iminência de assinar o decreto presidencial, colocando definitivamente a Codevasf como a operadora federal do projeto. A ANA é o agente regulador. Vai funcionar de forma similar ao sistema elétrico. A fixação das tarifas, os Estados vão pagar pelo custo de operação e manutenção, o custo de energia dessa água, os Estados receptores. Será obviamente uma tarifa estabelecida pelo órgão operador, mas com o aval da Agência Nacional de Águas, que será o órgão regulador. Teremos um conselho gestor, onde há representação de quatro ministérios do Governo Federal e representantes dos quatro Estados beneficiados pelo projeto. Vamos ter o Plano de Gestão Anual, ou seja, cada ano é uma realidade. Dependendo do aporte hídrico natural aos reservatórios dos quatro Estados, vai se dar a alocação de água para cada Estado, em função da sua demanda estabelecida anualmente. Cada Estado tem o seu órgão gestor estadual operador para receber essa água e alocar da melhor forma possível.

Pode passar.

Falando da obra do São Francisco hoje, a obra está planejada em seis Metas: três Metas para o Eixo Norte e três Metas para o Eixo Leste.

No caso do Eixo Norte, a primeira Meta é captar a água em Cabrobó e fazer chegá-la na divisa do Ceará com Pernambuco, ou seja, a água nessa primeira Meta já poderia chegar ao Ceará.

A Meta 2 Norte envolve um sequência de barragens estratégicas que são difíceis de fazer, mas que estão em execução, para a água atravessar dois Municípios do Ceará e, por canal e sistemas de túneis, a Paraíba e cair na barragem de São Gonçalo para atender a Bacia do Piranhas, na Paraíba, e Açu, no Rio Grande do Norte.

O Eixo Leste tem a Meta 1 L, que seria uma meta piloto para ser ensaiado todo o sistema de operação e manutenção; a Meta 2 Leste, para fazer a água chegar até o reservatório Barro Branco para derivar para o Agreste Pernambucano; e a Meta 3 Leste, para fazer a água chegar, na Paraíba, à Bacia do Rio Paraíba, ao açude Boqueirão, principal açude da região que abastece Campina Grande.

Pode passar.

Esse é um esquema hidráulico para relembrar. Muitos dos senhores já conhecem bem.

O Eixo Leste tem seis estações de bombeamento. É um projeto arrojado. São seis estações de bombeamento, com trechos em canais, aquedutos e adutoras, para poder fazer a água chegar próximo ao Agreste Pernambucano e, depois, à Paraíba. Estamos trabalhando intensivamente nesse primeiro trecho, principalmente, nas estações, para ter a água chegando até o final deste ano, o canal concluído, porque a água leva um tempo de chegar, pois tem que ser bombeada. Nós temos uma limitação dada pela outorga da ANA de retirada de água, ainda mais nesse período de seca, mas, ao passo que forem sendo aprontadas as estações de bombeamento e os trechos de canais, vamos bombeando a água e preenchendo reservatórios e canais.

Hoje, estamos intensivamente trabalhando na Estação de Bombeamento 1. Já iniciaremos a montagem das bombas no final de março, início de abril. A EB 2 também está sendo trabalhada, a EB 3 também. Estamos iniciando o ataque à EB 4, no sentido de avançarmos bastante e tentarmos deixar pronto até o reservatório Bagres até o final deste ano, o que totalizaria algo próximo aos 100km de canal. Chegar pelo menos, no mínimo, à EB 4, para termos pronto mais de 90km de canais e as estações EB 1, 2 e 3, mas estamos com desafio também de fechar a EB 4. Está em obras. Os outros trechos estão andando. Nem sempre a empresa trabalha no ritmo que a gente deseja, mas o monitoramento é intensivo. Agora mesmo, toda a nossa equipe está em campo numa reunião de monitoramento que se faz mensalmente. Eu mesmo já fiz cinco reuniões com representantes das empresas para apressar cada vez mais o ritmo dessa obra.

Conseguimos, finalmente, entrar no Túnel Monteiro, trabalhando no emboque e no desemboque, na Paraíba. Estamos já trabalhando dos dois lados, de um lado e do outro, aprofundando as escavações para efetuar as escavações do túnel de um lado e do outro. Conseguimos reduzir o tamanho do túnel, que era de seis quilômetros para três quilômetros para apressar mais ainda a obra. Então, estamos trabalhando nas obras fundamentais aqui no Leste, melhorando o ritmo a cada dia. Ainda não está ainda no ritmo desejado por nós, mas estamos intensificando e acelerando o processo dessas obras.

Pode passar.

O Eixo Norte foi um eixo que, embora vindo atrás do Eixo Leste, e o Eixo Leste vinha com uma execução melhor lá atrás, depois do processo de desaceleração e retomada, nós tivemos uma maior felicidade. Não podemos definir que empresas serão contratadas, quem define são as licitações. Há problemas também nas licitações, de ordem de processos judiciais e administrativos. Mas o processo de licitação do Eixo Norte foi mais feliz, foi mais rápido, o processo de preparação dos editais e de conclusão de projetos também, portanto, o Eixo Norte evoluiu muito em relação ao que estava antes.

Aqui, por exemplo, nesta Estação 1, as bombas já estão na fase de pré-montagem. A montagem das bombas começa na próxima semana, ou seja, as bombas já saíram da fábrica, já chegaram aqui a esta estação de bombeamento. Quem for lá, na segunda quinzena de março, vai ver a montagem das bombas na EB1. Estamos trabalhando intensivamente na EB 2 e EB 3.

Eu falo das estações porque a execução dessas estações representa o ponto crítico dessas obras. Cada estação dessa, por exemplo, do Eixo Norte representa um prédio de cerca 15 andares. Esta estação tem 48m de altura, para vocês terem uma idéia, depois de fazer uma escavação em rocha de 30m de profundidade. Então, é um grande desafio.

Outra obra delicada, para fazer a água, por exemplo, chegar ao Ceará, é este túnel aqui. Apesar de ser um pequeno túnel, é todo revestido porque é embaixo da Serra do Araripe, no Ceará. Embora seja um túnel pequeno, conseguimos reduzir o tamanho para 800m; era mil e poucos metros, mas ele já está em fase de execução.

Essa sequência de barragens também é o que está em obra hoje, que representa a Meta 2 Norte. Está tudo em obras. Esse túnel, que era a grande obra, era o grande desafio do passado, já está praticamente pronto, já se encontra com cerca de 90% executado. É um conjunto de dois túneis, um de 15km e o outro de quase 5km. São quase 20km de túnel, mas está com cerca de 90% concluído, e já não é mais um caminho crítico para fazer, por exemplo, a água chegar à Paraíba.

Pode passar, por favor.

Aqui é só mostrando o avanço físico. Nós estamos hoje com 55,5%; tínhamos terminado o mês de dezembro com 52%; avançamos mais de 3%. Ainda não avançamos com o incremento que nós desejaríamos, mas a chuvas caídas principalmente no Eixo Norte, na região de Salgueiro e no Cariri cearense, atrapalharam um pouco a evolução das obras em fevereiro, e a gente não pode reclamar das chuvas porque a região está precisando das chuvas. A nossa ideia continua sendo avançar em média 2%, no mínimo, ao mês para chegar a 75% dessas obras concluídas até o final deste ano e ficar 25% para o próximo ano.

Temos que levar em conta que, mesmo com a previsão de chuvas muito irregulares, estamos tendo chuvas, podemos ter chuvas ainda nos meses de março e abril, mas aquilo que a gente perde, em termos de evolução de obras nesses meses de período chuvoso, ganhamos principalmente no segundo semestre, que é um período em que temos certeza de não haver chuvas na região.

E aqui vocês podem ver a mobilização em cada trecho.

A sequência da água é aqui. Por exemplo, a água passa primeiro por essa Meta 1 L, que está com 87% pronta, e pela Meta 2 L, com 60%, chegando à Paraíba, a Meta 3 L, que está com 17% executada.

No caso do Eixo Norte, a mesma coisa. A Meta 1 Norte faz a água atravessar Pernambuco e chegar ao Ceará e está com cerca de 62% concluída. A 2 Norte foi uma meta que nunca tinha sido trabalhada no passado, mas evoluiu bem e está com 25% hoje. A Meta 3 Norte, principalmente representada pelo túnel de quase 20km de cumprimento, de que falei para vocês, avançou bem no passado. Estamos com 52%. Estamos trabalhamos para esse meio aqui, a Meta 2 Norte, no Estado do Ceará, que faz a água chegar à 3 Norte, na Paraíba, que avance bem.

Aqui vocês podem ver a mobilização.

Nessa meta que está mais atrasada, são 1,5 mil pessoas trabalhando. Estamos com o Eixo Norte bastante mobilizado, avançando muito bem e estamos trabalhando para a mobilização do Eixo Leste dobrar. Estamos tendo reuniões sistemáticas com a empresa. Está avançando. Melhorou muito o ritmo do Eixo Leste. O trabalho hoje é o de monitoramento para fazer a obra avançar no dia a dia cada vez, tirando todos os percalços que há para poder a obra avança.

Pode passar.

Falando um pouco sobre a evolução da obra no sentido... Aquele índice que mostrei para vocês de evolução é um índice físico, não é meramente um índice financeiro. Fazemos um índice mais complexo, pegando a dificuldade de cada obra. Ali é físico.

Aqui é só o desembolso financeiro. Vocês podem perceber que, se compararmos janeiro e fevereiro de cada ano, mesmo em 2010, quando a obra evoluiu bem e chegou-se a pagar R$1 bilhão, mais que em 2013, quando pagamos R$950 milhões, nós conseguimos avançar com R$133 milhões, ou seja, esse mês a obra continua em voo de cruzeiro.

Pode passar.

Não há pendência, é bom que se diga. Nós não temos uma pendência com o Tribunal de Contas. Nós estamos com o Tribunal trabalhando como sempre trabalhou, fiscalizando as obras de forma parceira.

Aqui vocês podem perceber que a obra deu a inflexão, que foi o momento preocupante, até aproximadamente 2012, final de 2011. O ano de 2012 foi um ano difícil, e uma parte de 2011 também, no sentido de reverter o processo, concluir alguns detalhes de projeto, preparar novos editais, negociar com empresas, relicitar. Já entramos em processo de remobilização praticamente no nível que estava lá atrás. Isso vai continuar até a obra concluir, porque não temos ainda nenhum percalço.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Quantos operários?

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – São 9.221 pessoas hoje. A tendência é subir, principalmente no Leste, onde a mobilização ainda está se acentuando.

Pode passar.

Mais à frente. Vamos mostrar as fotografias.

Esse é um filme sobre as obras e essas são fotografias do Eixo Norte, de trechos de obras.

Pode passar, por favor.

Barragens, aquedutos, vertedouros de barragens sendo executados...

Pode passar, por favor.

Isso é foto antiga. A estação aqui já está toda concluída: a parte civil fechada e as bombas, como falei, em processo de pré-montagem. Estão lá deitadas ao lado da estação. Os fornecedores estão fazendo as últimas avaliações para içar as bombas e começar a montagem nessa estação.

Pode passar.

Aqui é o canal de tomada em Cabrobó, já sendo encerrada a escavação para poder, no momento propício, a água do São Francisco entrar aqui no canal de tomada.

Pode passar.

Trechos de terraplenagem sendo feitos.

Pode passar.

Aqui, por exemplo, é o túnel já pronto. É o túnel de que falei, que já está concluído em cerca de 90%. Aqui é o túnel pronto, com o piso feito, em concreto rolado, um concreto compactado a rolo, um concreto projetado para diminuir as irregularidades do túnel, e aqui o túnel já pronto para passar a água nesse trecho do túnel.

E sendo concluído o resto de escavação, porque ainda falta um pouco de escavação.

O Eixo Norte.

Pode passar.

A construção de barragens.

Aqui, o Eixo Leste, a estação lá na margem do rio, também, que deverá ser iniciada a montagem das bombas até o fim do mês. Está atrasada de 15 dias a um mês em relação à do Eixo Norte.

Pode passar.

Mas aqui está se trabalhando, a EB 2 também sendo trabalhada.

Pode passar.

Barragens também, vertedouros sendo executados no Eixo Leste.

Aqui o Reservatório Moxotó, o Reservatório Barro Branco, todos os reservatórios de passagem das águas do São Francisco foram atacados aqui no Eixo Leste.

Pronto.

Era o que eu tinha para colocar para vocês. Acho que o mais importante... Nos debates eu posso falar um pouco, Senador Valadares, até porque o senhor é da bacia doadora, da Bacia do São Francisco.

Quanto à revitalização, existe a disponibilidade de recursos no PAC.

Eu sempre coloquei que uma das grandes vitórias da Bacia do São Francisco e do povo da Bacia do São Francisco, que foi obtida por essa população do São Francisco, em todo o bojo da discussão do projeto de integração, foi a criação do projeto de revitalização do São Francisco. Então, eu não conheço qualquer bacia hidrográfica no Brasil que tenha disponíveis R$3,3 bilhões para serem aplicados na revitalização. Desses R$3,3 bilhões, já foi aplicado R$1,9 bilhão, quase R$2 bilhões, e nós temos 80 sistemas de esgotamento sanitário concluídos. Claro que a questão do esgotamento sanitário, que é fundamental para melhorar a qualidade do rio... Vocês sabem, até no próprio Ministério das Cidades, nas companhias de saneamento, que não é fácil trabalhar com a questão do saneamento, porque você, muitas vezes, até conclui a obra de saneamento, mas você tem dificuldade de fazer as ligações prediais. Então, a gente considera uma obra de saneamento concluída quando você faz as ligações e aquele esgoto não está sendo mais jogado no rio, está sendo todo coletado pelo sistema e tratado para ser jogado no rio. Mas a revitalização também avança bem, *pari passu* com o projeto de integração, conduzida pela Codevasf, em parceria com Municípios e principalmente as companhias de saneamento dos Estados, como a Ebasa, na Bahia, a Casal, em Alagoas, e o órgão de Sergipe, que é... Eu me esqueço o nome do órgão.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE. *Fora do microfone*.) – Cohidro?

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Não, de saneamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – A Deso.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – A Deso, de Sergipe, e a Compesa, em Pernambuco. Então, há uma parceria da Codevasf com essas instituições no sentido de avançar bem essa parte da revitalização.

Mas vem andando também e é um dos importantes vetores do PAC hoje.

Muito obrigado a todos e fico à disposição para tirar alguma dúvida e debater com os Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço em nome desta Comissão ao Sr. Ministro pelos esclarecimentos aqui prestados sobre a transposição das águas do São Francisco e também sobre a sua revitalização. Sem dúvida alguma, essa é uma obra magistral, a maior obra já realizada no Brasil, na nossa Região Nordeste, em relação a recursos hídricos. O Eixo Norte e o Eixo Leste, conforme ficou demonstrado, estão sofrendo, neste ano de 2013, um dinamismo impressionante em relação aos anos de 2011 e 2012, significando dizer que todos os entraves ao desenvolvimento normal desse projeto já foram vencidos e agora é tocar a sua execução para a finalização dos seus objetivos.

Alguns Senadores se inscreveram e eu quero agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras que estão neste momento participando deste debate, desta audiência pública. Ela é muito importante porque não sinaliza apenas para o desenvolvimento regional. Na medida em que a desigualdade existente na nossa Região Nordeste é combatida, é resolvida, o Brasil por inteiro se beneficia desse desenvolvimento, porque ali novos empreendimentos serão gerados, não só de distribuição de água potável, como também de irrigação, como é o caso do Projeto Xingó, em Sergipe, do projeto sertanejo, em Alagoas, e do Eixo Sul, no Estado da Bahia. São projetos que se integram a disponibilidade hídrica do Rio São Francisco, visando ao desenvolvimento regional.

Portanto, é uma palestra da maior importância a que foi feita pelo Sr. Ministro.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador pelo Estado de Pernambuco, Líder do PT, o nobre Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Francisco Teixeira, Srs. Senadores, Srªs Senadoras:

Quero começar aqui parabenizando o Ministro Francisco Teixeira pelo trabalho que vem fazendo à frente do Ministério, mas, muito especialmente, à frente dessa grande obra que é a integração das bacias do Nordeste e, particularmente, a transposição do Rio São Francisco.

Eu faço parte, juntamente com outros Senadores – o Senador Cícero Lucena faz parte também, Vital do Rêgo –, de uma subcomissão de acompanhamento das obras da transposição. Fizemos já algumas visitas, tivemos sempre um contato muito próximo com o Ministério da Integração, e identifico um problema que essa obra tem – obviamente que, à medida que ela vai andando, esse problema vai sendo superado –, que é a questão da credibilidade. Muitas vezes íamos até a região – à construção dos canais das estações – e víamos que a obra estava andando, que um pequeno trecho que havia sido danificado pelo tempo iria já ter a sua reconstituição por parte das empresas responsáveis, mas, no outro dia ou no domingo seguinte, aparecia aquela matéria gigantesca na televisão, nos jornais, dizendo que era uma obra inacabada, que era uma obra que estava parada.

Então, nesse sentido, eu vejo com animação o fato de que essas duas primeiras metas – tanto do Eixo Norte, quanto do Eixo Leste – poderão talvez ter o seu cronograma de preenchimento com a água e atendimento aos Municípios antecipada. O cronograma inicial – eu tive inclusive oportunidade de perguntar a V. Exª numa reunião da Comissão – prevê que, ao final de 2014, 100km do Eixo Leste e 100km do Eixo Norte já terão água circulando e atendendo vários Municípios. Eu gostaria de saber se esse cronograma se mantém e se, na medida em que nós temos mais de 85%, mais de 87% da Meta 1 do Eixo Norte concluída, não poderíamos ter a antecipação do funcionamento pleno dessa meta.

A segunda pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exª é sobre a Adutora do Pajeú. No final do ano passado, chegou-se a marcar uma visita da Presidenta Dilma a Pernambuco, na qual ela inauguraria a segunda etapa da Adutora do Pajeú, na cidade de Afogados da Ingazeira, e também assinaria já a ordem de serviço para a construção da terceira etapa, mas tivemos informações de que teria havido algum problema na licitação. Gostaria de saber em que pé se encontra essa obra, porque ela é vital para Pernambuco, é vital para Paraíba também.

Por último, Sr. Ministro, eu queria citar um problema específico e gostaria que V. Exª dedicasse a ele um pouco da sua atenção e do trabalho do Ministério.

Tem havido sempre uma queixa muito forte em relação aos nossos Governos, ao Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, de não ter investido na agricultura irrigada. Como resposta a isso, foi instalado um modelo, em Petrolina, de implantação de um polo de irrigação, na região do Pontal, pelo modelo de concessão de direito real de uso, CDRU. Acontece que, agora, estamos tendo um verdadeiro levante na comunidade. São pequenos proprietários que tinham a terra e que agora estão num processo de insatisfação muito grande. São 1.200 famílias. Comenta-se que não somente a empresa que ganhou a licitação para a efetivação desse polo vem tratando de forma inadequada esses trabalhadores, como há inclusive denúncias graves de manipulação política do processo de redistribuição dos lotes.

Eu gostaria que V. Exª pudesse, senão responder, pelo menos pedir aos seus assessores que olhem direito essa questão, porque nós tivemos inclusive esta semana o risco de fechamento da ponte que liga Juazeiro a Petrolina, e o prejuízo disso é muito grande. Esperamos, então, que haja uma correção de rumo, se for necessário, nesse projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Com a anuência dos Senadores, Sr. Ministro, eu gostaria de dar continuidade às perguntas e, logo em seguida, V. Exª, finalizando esta audiência pública, daria a resposta a todos.

Consulto os Srs. Senadores se este projeto é aprovado. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a V. Exªs.

Senador Cícero Lucena, V. Exª dispõe de cinco minutos.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já tivemos várias oportunidades de discutir a importância e a necessidade da transposição das águas do rio São Francisco.

Nesta audiência, como bem disse o Senador Humberto Costa, temos presentes três Senadores que são membros titulares da Subcomissão de Fiscalização e Acompanhamento da Transposição das Águas do Rio: Senador Humberto Costa, eu e Senador Inácio Arruda. Fizemos, sim, algumas visitas àquela obra. Todos nós temos consciência da importância dela. Agora me preocupam muito essas afirmativas de cronogramas que estão sendo divulgadas pelo Governo.

Eu gostaria de dizer que, em junho do ano passado, nós fomos à cidade de Monteiro, com o então Ministro titular, Fernando Monteiro, e foi dada ordem de serviço do Túnel de Monteiro, para que a obra começasse da Paraíba para Pernambuco. Porém, até dezembro, não existia sequer uma picareta – ferramenta, claro – naquela obra. E digo mais: nessa Comissão, foi feita uma audiência em que técnicos da Agência Nacional de Águas, da Agência Estadual de Águas, da Universidade Federal de Campina Grande afirmaram que o açude Boqueirão, no caso o Epitácio Pessoa, se não houvesse chuvas regulares em julho deste ano – isso foi feito ano passado –, estaria em estado de emergência e, se permanecesse essa estiagem, em dezembro, em calamidade, ou seja, não iria cumprir seu papel de abastecer Campina Grande e toda a grande Campina, cerca de um milhão de habitantes.

Temos visto diariamente reportagens das preocupações, com as quais nos solidarizamos, com a seca que existe no Sudeste, com o abastecimento d´água em São Paulo e no Sudeste como um todo. Eu quero dizer que, na Paraíba, nós temos hoje 32 açudes que abasteciam cidades e que estão com menos de 5% da sua capacidade. Temos 29 abaixo de 20%. Então, por si só, isso já justifica e dá a dimensão da transposição das águas do Rio São Francisco.

Preocupa-me, Sr. Ministro, quando o senhor fala que, em dezembro, tinha alguma coisa em torno de 52% e que, em março, nós temos 55%. Isso corresponde a um acréscimo de 3% em 3 meses. Na verdade, me anima a projeção dezembro, janeiro e fevereiro, Presidente. Também me anima bastante a afirmativa do Ministro em dizer que vai passar a tentar atingir 2% como meta, até porque, depois que essas obras estiverem prontas, depois que passar 4, 5, 6 meses para instalarem as bombas, em cada elevatória dessa, o Ministro anterior afirmou que seria preciso de seis meses, Presidente, para encher esse canal, bombeando as águas. Então, esse cronograma, para mim – permita-me a sinceridade –, não será cumprido da forma como estão dizendo, como estão afirmando.

Eu queria trazer também outra preocupação, e, agora, vou pedir ao Ministro. Ministro, quando se faz essa afirmativa da transposição, são mostrados todos os eslaides – e aqui não há nenhuma desconfiança, em absoluto, mas é porque eu tenho essa demanda – da revitalização do Rio São Francisco, que foi uma luta nossa. Houve reações para que fosse feita a transposição e a revitalização, e há um compromisso de todos nessa revitalização. Então, seria bom que a Comissão de Fiscalização, que o Ministro, nos próximos encontros, nos apresentasse efetivamente também o que está sendo feito de revitalização, até porque nós temos uma grande preocupação, Ministro. O que está sendo feito em termos de saneamento básico nas cidades que serão beneficiadas com a transposição? Ou será criado, futuramente, um programa de revitalização também da transposição? Por que não cuidar, se não estão cuidando, do saneamento e de outras ações que são necessárias onde está sendo feita a transposição?

Por fim, eu estava me deslocando para cá e o cearense, colega do Senador Pimentel e do Senador Inácio Arruda, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, que é também amigo nosso, me ligava, pois não podia estar aqui, e pedia informações ao Ministro sobre um trecho do Ceará, porque a obra está parada por uma movimentação dos trabalhadores pelas más condições de trabalho, de alojamento e de alimentação. Eu procurei me informar um pouco mais, Ministro. Saiu, inclusive, uma reportagem ontem no Globo Rural, mostrando o caldo ralo que os trabalhadores estão comendo nesse trecho do Ceará. Será que até o trabalhador tem de sofrer dessa forma no Ceará, ou na Paraíba, no Nordeste, na transposição? Eu acho que esta comissão ou a Comissão de Fiscalização tem de fazer uma visita urgente nesse trecho para identificar a veracidade da reportagem, bem como o porquê dessa greve.

Fiquei bastante sensibilizado com a preocupação do Senador Humberto Costa em relação ao possível fechamento da ponte Juazeiro-Petrolina.

Esse é um fato concreto hoje. Não é projeção, não é de ontem. Hoje, os trabalhadores estão em greve, num trecho, por más condições de trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador Eduardo Amorim, do Estado de Sergipe, PSC.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Conterrâneo do senhor, Sr. Presidente, com muita honra. Sr. Ministro, seja bem-vindo a esta Comissão, mais uma vez. Nós, Parlamentares, especialmente os nordestinos, ansiosos estávamos para ouvir este depoimento, especificamente, Sr. Ministro, com relação a nosso Estado. Como o senhor bem disse, Sergipe faz parte da bacia doadora. Mas sei que o senhor tem consciência de que hoje nosso maior bolsão de pobreza está exatamente à margem da margem do Rio São Francisco. Sergipe, realmente, doa e tem doado, ao longo dos anos, riquezas não só para o Nordeste, com o represamento das águas. Deixamos de ser o Nilo sergipano para gerar ali um bolsão de pobreza enorme. E ficamos esperando, por muitos e muitos anos, o dito e sonhado Canal do Xingó, quando nos veio a notícia de que ele seria realmente dividido em quatro etapas. A primeira etapa, lógico, começa pela Bahia, contempla o noroeste da Bahia, e as outras etapas, que são as que interessam mais a Sergipe, a etapa dois, a etapa três e a etapa quatro, sabe-se lá quando, infelizmente, serão realmente realizadas. Esse era o maior projeto do Governo Federal para nosso Estado, talvez ao longo de todos esses anos. Mas, infelizmente, pelo que a gente vê, isso demorará muito tempo ainda para que seja concretizado, sabe-se lá quando.

Eu diria, e disse certa vez ao ex-Governador Déda, que ontem, se estivesse vivo, faria 54 anos, que com certeza esse seria o maior pedido que ele deveria ter feito ao Governo Federal em investimento para Sergipe, mas nada disso a gente – nem ele, nem nós – viu ser concretizado ainda. A gente vê uma pobreza enorme no baixo São Francisco. Quando o senhor fala, Senador Cícero, em saneamento básico, por onde vai passar todo esse canal, a gente sequer tem saneamento básico adequado nas cidades ribeirinhas lá de nosso Estado do Sergipe.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE) – Então, Sr. Ministro, fica aí um pouco de frustração, por parte dos sergipanos, que não veem esse canal ser realizado. Quando a gente sonha e pensa que ele vai chegar, ele é dividido em quatro etapas, ou seja, a última etapa, que deverá chegar a Nossa Senhora da Glória, sabe-se lá quando chegará, se nas próximas décadas, enfim... Isso é um desabafo. A gente realmente só tem a lamentar. Esse era o sonho do sergipano, esse era o maior investimento do Governo Federal em nosso Estado, mas, infelizmente, parece que nós, os sergipanos, vamos ter de esperar muito, lamentavelmente. Continuamos sendo, como o senhor disse, a bacia doadora de riquezas, mas que deixa lá um passivo social de miséria muito grande, lamentavelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Senador pelo Ceará, Senador José Pimentel, do Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, quero começar parabenizando nosso Ministro pela forma como tem conduzido esse projeto de interligação das águas do Rio São Francisco, depois de um período de paralisação das obras que ocorreram na metade de 2011 e em 2012 e início de 2013. Se nós observarmos o cronograma do segundo semestre de 2013 para cá, nós temos outro ritmo de trabalho, e a quantidade de trabalhadores que estão nas obras é significativa. Evidentemente que, se nós não tivéssemos tido os problemas de 2011 e 2012 nos aditamentos das empresas que ali trabalhavam, nós já estaríamos concluindo os dois canais: o Norte e o Leste, e evidentemente estariam bem mais adiantados os canais da Bahia, de Sergipe e de Alagoas. Mas foi um problema que nós tivemos de gestão e, por conta disso, tivemos um atraso significativo.

Hoje, o estágio é outro. Me anima muito quando o senhor nos apresenta que a Meta 1 do Leste e a Meta 1 do Canal Norte já estão com patamares muito adiantados. No caso concreto da Meta 1 do Canal Norte, que vai até Jati, a primeira cidade do Ceará que recebe água, se nós pudéssemos ter, a exemplo daquilo a que o Senador Humberto Costa aqui faz referência, uma concentração de ações para concluir essas duas primeiras etapas, elas seriam de fundamental importância. Primeiro, porque Pernambuco, com o trecho do Canal Norte, será totalmente beneficiado, e o trecho do Canal Leste também beneficiará Pernambuco. Nós já resolveremos, em um dos Estados que tem precariedade por água no seu Semiárido, um atendimento grande.

E no caso concreto nosso, do Ceará, é por conta do Cinturão das Águas, que, na verdade, é a continuidade do São Francisco, já dentro do Estado do Ceará, também muito adiantado. V. Sª conhece bem, e nosso Senador Inácio Arruda acompanha de perto, o esforço que o Governo Federal e o Governo estadual têm feito para avançar bastante o chamado CAC (Cinturão das Águas do Ceará), até porque ele beneficiará a segunda maior região metropolitana do nosso Estado, que é a região do Cariri. Ou seja, nós deveríamos atender ali algo em torno de um milhão de pessoas, e, como nós não temos segurança do potencial das chuvas nesse 2014 – embora, no mês de fevereiro, no Cariri, tenha chovido um pouco mais –, para nós, seria uma segurança, nosso Ministro, nesse período de transição.

Por isso, eu pediria a V. Sª, juntamente com os técnicos e aqueles que estão trabalhando nessas duas primeiras etapas do Eixo Norte e Eixo Leste, que nós pudéssemos ter um cronograma mais curto, porque em junho deste ano nós já teremos clareza do tamanho das chuvas no Nordeste setentrional. E se nós não tivermos chuvas, por conta de 2012 e 2013, quando a chuva foi mínima, nós já teríamos uma parte da população atendida e poderíamos nos dirigir aos demais. Isso não quer dizer que não vamos cuidar dos outros trechos. Mas nesses dois aqui que estão muito adiantados, se pudéssemos ter um olhar diferenciado, para nós, no caso do Ceará, estaríamos colocando a água numa região de mais ou menos 1 milhão de habitantes, que é a região do Cariri.

Eu queria também, nosso Ministro...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... que o senhor pudesse nos adiantar alguma coisa sobre a Barragem Fronteiras, em Crateús. Os sertões de Crateús, como V. Sª conhece, são a região mais sofrida neste momento por falta de água. Inácio Arruda esteve lá recentemente, eu também estive, é aquele esforço todo para que se possa distribuir a pouca água que a gente tem com aqueles outros Municípios. Evidentemente que essa primeira etapa do Cinturão das Águas não chega a essa região do Crateús, mas a segunda etapa chegará e nos permitirá também ter gestões para que, no PAC 3, em que V. Sª está trabalhando, possamos ter um olhar diferenciado para essa outra etapa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço a V. Exª, Senador José Pimentel.

Por último, o Senador Inácio Arruda, Vice-Presidente desta Comissão.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Também, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Ministro pela exposição, com informações bem objetivas a respeito dessa obra, que, salvo melhor juízo, é a maior obra civil em curso no País. Acho que não há outra obra desse porte, com essa dimensão e extensão, sendo construída no Brasil. Claro que você tem as barragens de hidroelétricas que estão sendo construídas, que têm dimensão parecida, mas não cobrem uma região tão extensa como essa que estamos vendo agora.

Então, vejam: estamos em Sergipe, Alagoas...

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Bahia.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... Bahia, Pernambuco – Leste e Oeste –, estamos em... Sergipe já falei. Paraíba...

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Rio Grande do Norte.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... Rio Grande do Norte...

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB. *Fora do microfone*.) – Ceará.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... e Ceará. Quer dizer, do Nordeste, só dois Estados estão fora dessa grande obra, que são Maranhão e Piauí, e os dois têm rios perenes com grande potencial, digamos assim.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE. *Fora do microfone*.) – O Piauí está...

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Piauí tem o Oeste, que está sendo licitado.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não, Sergipe eu falei.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Não, Sergipe não.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não, Sergipe tem um canal que está sendo feito, o Canal do Xingó.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Ah, tem.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – O Canal do Xingó está em curso.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O anteprojeto já foi licitado...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Já, está em curso.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – ... e já está em curso. As propostas estão sendo analisadas. É um anteprojeto no valor de R$9 milhões.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Não é pouca coisa...

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco União e Força/PSC - SE. *Fora do microfone*.) – Sergipe é só pobreza, só passivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – É verdade, a pobreza, nós somos...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Um investimento de R$9 milhões é algo razoável, e acho que o canal vai sair sim, e vai sair bem feito, e no próximo período V. Exª vai estar ou aqui ou no Governo, caso V. Exª se candidate ao Governo do Estado de Sergipe; se estiver no Governo, vai ter que inaugurar junto com nosso Ministro o canal e, se estiver aqui, vai acompanhar essa obra com todo o rigor.

Há outro aspecto que o Ministro levanta que é bom que a gente possa frisar porque foi fruto de um longo debate, que é o problema da revitalização do rio. Então, são mais de 3 bilhões de investimentos em adutoras, rede de esgoto, tratamento de lixo nas cidades e nas regiões do rio que não tinham nenhum tratamento, não tinham nenhum cuidado. E esse rio está aí, há tempos esse rio está aí, e há muito tempo se joga esgoto sem tratamento nenhum no rio. Acho que há uma retomada desse projeto.

O projeto de transposição das águas do São Francisco, essa integração de bacias ensejou a realização de outro grande projeto adicional: você tem a obra da integração, com alguns bilhões de reais de investimentos, e você tem, só para a revitalização, mais de 3 bilhões de reais. Então, é algo portentoso, demonstra um compromisso muito grande que foi firmado nos debates, que o Ministério endossou, meu caro Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Inácio, sem esquecer que os *royalties* da energia paga pela nossa produtora na região já repassaram mais de R$1 bilhão aos Municípios.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro, já havia esses repasses, historicamente.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E se mantêm.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Claro, e se mantêm, já existiam antes...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós estamos agora prorrogando, já existiam.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Isso continua, quer dizer, o resultado da energia.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – E era destinado para o saneamento, lamentavelmente foi para o custeio.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, isso é uma vitória grande, uma conquista grande, e acho que está sendo conduzida pelo Ministério de forma muito justa, muito correta. Claro que temos problemas, porque, com a quantidade de obras que se realizam no Brasil, não há nem empresas para fazer obra. Essa que é a verdade. Nós não temos empresas com a qualificação técnica necessária, suficiente...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... com a capacidade financeira de conduzir obras desse porte numa quantidade muito grande no País inteiro. Então, acho que os problemas que tivemos na obra causaram esse impacto de visão negativa. Passamos dois anos retomando a obra, uma paralisia terrível. Nós estávamos com 10 mil pessoas, quase; voltamos para menos de 5 mil pessoas, descemos para 4 mil pessoas; fomos descendo até chegar num patamar de quase parada total da obra. Retomamos em 2013 e já estamos alcançando 9.221 trabalhadores hoje.

Claro que há problemas; na gestão de uma obra dessas você tem problemas, como levantou o Senador Cícero. No meu Estado está acontecendo esse movimento de paralisação em função de condições de trabalho. Acho que é obrigação nossa, sim, cobrar das empresas que cumpram esses compromissos, que são compromissos trabalhistas...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ... já estão ali, não tem conversa sobre isso. Também é muito importante, Ministro, porque, digamos assim, são complementações. Então, estamos de acordo, acho que a obra está indo bem, acho que poderemos... Nosso Presidente estava cochichando, vendo se era o caso de fazermos uma nova visita à obra através desta Comissão. Acho que é uma obra que exige esse esforço permanente de estarmos sempre visitando, acompanhando sua execução.

Quem teve oportunidade de estar presente, como o Senador Pimentel, o Senador Cícero, eu, Humberto e muitos outros Senadores que já estiveram na obra, sabe da força dessa obra, do impacto dessa obra. Para nós do Ceará é uma obra muito estratégica, para hoje e para daqui a 30, 40, 50 anos adiante. Então, é uma obra para a qual temos feito um grande esforço em nosso Estado, para que ela possa ganhar velocidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Já é uma questão de sobrevivência.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – De sobrevivência, porque nós vivemos essas situações dramáticas. Este ano, por exemplo, mesmo com as chuvas tendo melhorado na região do Cariri, mas, no conjunto do nosso Estado, as chuvas foram absolutamente irregulares, muito abaixo da média, o que coloca, digamos assim, em alerta todos aqueles que têm responsabilidade com o abastecimento de água no Estado do Ceará para a população.

Então, a obra tem esse veio fundamental para meu Estado do Ceará, e a mesma coisa podemos dizer em relação aos outros Estados, Rio Grande do Norte, Paraíba... Nós vimos aqui, na exposição do Ministro: os índices de precipitação pluviométrica no Estado da Paraíba, no Rio Grande do Norte e no Ceará são, talvez, os três mais baixos do Brasil. Quer dizer, então, é evidente que nós temos dificuldade. Sem falar não no Estado como um todo, mas em algumas grandes regiões da Bahia que têm índices parecidos com o nosso, que são muito baixos. Então, essa obra responde a essa necessidade absoluta da nossa região.

Quero ressaltar também dois aspectos que foram fruto do debate. No canal e na revitalização, há uma preocupação com a recuperação da fauna e da flora da região, num trabalho também espetacular, que envolve vários institutos, universidades. Acho que é uma coisa muito importante. E o fato de o canal estar desapropriado numa extensão razoável, que vai permitir você construir um conjunto de agrovilas que serão assistidas numa perspectiva de produção agroecológica. Então, é algo positivo. E isso também tem ensejado o surgimento de novos cursos ou de novas áreas dentro dos cursos de agronomia na região do Nordeste brasileiro.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Então, você veja a obra que começou lá atrás sendo discutida, o grau de impacto que ela vai gerando, inclusive de proteção ambiental. A obra, que parecia algo prejudicial, vai se mostrando algo muito positivo do ponto de vista de impacto ambiental e de resposta ambiental. Acho que também deveríamos valorizar esse aspecto.

Ali no meu Estado, porque é a nossa obrigação e o nosso dever, Ministro, nós temos essas questões que já foram aqui levantadas pelo Senador Pimentel.

Essa questão do Lago de Fronteiras é interessante porque nós conseguimos colocar esse lago no PAC, Pimentel. Eu me lembro de que V. Exª. estava comigo nessa viagem com a ex-Ministra da Casa Civil.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Foi no deslocamento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É. Nós pegamos uma carona, de Fortaleza para Brasília, no avião da Ministra. Depois de um bate-boca sobre outro assunto, nós dissemos: "Vamos esquecer esse negócio de bate-boca e vamos tratar agora de uma coisa bem objetiva para o nosso Estado. Estamos aqui com esse problema do Lago de Fronteiras". Isso era no final de 2009, não é?

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Em 2009, com o pré-projeto de 1950, feito no governo Juscelino Kubitschek.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – De Juscelino até 2009, nós conseguimos preparar o projeto. O projeto estava ali. A Ministra disse: "Está pronto esse projeto?" "Está." "Entreguem-me amanhã, está no PAC." Então, entrou no PAC assim. Mas era 2009. Nós estamos em 2014, em processo licitatório. O recurso está no PAC. Há uma necessidade extrema daquela região, porque a região de Crateús, em nosso Estado – e também há impacto no Piauí –, é uma região de altíssima necessidade, e a gente não conseguiu ainda resolver este problema. Talvez a gente tenha que incluir aqui a revitalização do DNOCS, para a gente poder permitir que esse órgão cumpra o seu papel na nossa região. Está bastante depreciado esse órgão. Ele precisa ser efetivamente revitalizado. E essa obra está na mão do DNOCS. Então, eu acho que a gente precisaria dar um tratamento especial a essa questão aqui do Lago de Fronteiras.

Eu pediria a V. Exª para a gente incluir pelo menos aquela região norte do Estado do Ceará. Há dois rios que temos condição de barrar, para aproveitamento de abastecimento da população daquela região, que é o Rio Coreaú, que não tem nenhum barramento. Quando chove naquela região, a água vai toda para o mar, então você não acumula água naquela região. Então, eu pediria a V. Exª que tratássemos com zelo, com carinho, com cuidado, o Rio Coreaú e pelo menos um ou dois afluentes que podem ser barrados, e o próprio Coreaú, para garantir o abastecimento daquela região. E o próprio Rio Acaraú tem condições ainda de ser barrado, para que a gente possa aproveitá-lo melhor, otimizá-lo ao máximo, porque, no futuro, o Cinturão das Águas também vai chegar por ali. Mas ele precisa de essas barragens estarem prontas, inclusive para, no caso de garantia hídrica, receber o recurso hídrico que vem através do Cinturão das Águas.

Então, eu pediria a V. Exª que a gente pudesse anotar que o Coreaú pode ter ali pelo menos uma, com certeza, ou até duas barragens. No Rio Acaraú, nós podemos fazer dois barramentos ali em afluentes importantes. Isso eleva a capacidade de armazenagem do Estado do Ceará e dá garantias para aquela região do nosso Estado. E esse esforço para a gente pegar o Lago de Fronteiras e tirá-lo efetivamente do papel.

Agradeço a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Agradeço...

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Presidente, uma questão de justiça, não é de ordem.

Quando eu fiz a afirmação – e tive a cautela de fazer – de que até dezembro não havia iniciado a obra na cidade de Monteiro, antes eu tinha feito o pedido de uma ligação ao Deputado João Henrique, que é o representante – a sua esposa inclusive é a Prefeita da cidade de Monteiro –, e, após a minha participação é que eu consegui falar com ele. Ele me disse que, neste momento, a esposa dele estava recebendo os diretores da empresa, inclusive mostrando o terreno onde vai iniciar o canteiro de obras. Então, por uma questão de justiça, eu estou esclarecendo o que está acontecendo neste momento nesse trecho a que fiz referência.

Se me permite, eu queria só, Ministro... Entre essas lutas, há uma demanda da Paraíba: de se abrir um eixo onde o canal passa no Vale do Piancó. É uma demanda para a qual o Ministro anterior autorizou o estudo de viabilidade. Se o senhor puder nos informar como anda isso, eu agradeço em nome do povo paraibano.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Ministro, em outra audiência pública que nós iremos aprovar, teremos a oportunidade de ouvir a presidência da Chesf sobre o problema da redução, da vazão do Rio São Francisco, a jusante ali da Barragem de Xingó ou da Usina de Xingó, prejudicando substancialmente nosso Estado de Sergipe, notadamente no que diz respeito ao problema da irrigação. Na produção de arroz está havendo um grande prejuízo em razão dessa redução drástica e da vazão do São Francisco em virtude da crise energética que se avizinha. O Governo, por precaução, reduziu substancialmente para 1,1 mil metros cúbicos por segundo quando o normal é 1,8 mil metros cúbicos por segundo. Isso prejudica a pesca e também a produção agrícola na região, que envolve o Estado de Sergipe e o Estado de Alagoas.

Sr. Ministro, algumas perguntas foram feitas pelos nossos internautas, e eu passo às suas mãos. Tem V. Exª a palavra para responder os nobres Senadores.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Bem, rapidamente, tentando ser bem objetivo e esclarecedor aos Srs. Senadores, com relação às observações do Senador Humberto Costa, eu queria, de forma bem objetiva, colocar que nós trabalhamos com aquele planejamento já estabelecido de ter a obra já concluída...

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Ministro, sem prejudicá-lo, mas nós vamos pedir permissão para sairmos por cinco minutos, eu e Inácio Arruda, porque vamos votar e voltaremos. Não é falta de atenção ao senhor, não.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Está bem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Está certo.

Nós trabalhamos com a perspectiva de ter o empreendimento concluído em dezembro de 2015. Sobre a questão de termos concluído cem quilômetros de canal em cada trecho, em cada eixo este ano, isso é factível. Estamos trabalhando, mostrei aqueles perfis para vocês, nesta visão de termos concluído por volta de cem quilômetros, pode ser que em um dê 106 e no outro, noventa e alguma coisa, mas trabalhamos dentro dessa meta.

Agora, como colocou o Senador Cícero Lucena, nós temos um tempo de enchimento desses canais. Nós temos uma limitação de vazão para preencher um volume razoavelmente grande porque a obra é muito extensa. Nós temos limitação de vazão principalmente nessa época, pois, conforme outorga da ANA, nós temos que trabalhar dentro daquele limite de 26,4 metros cúbicos por segundo. Agora, Senador Cícero, nós não vamos encher obviamente os cem quilômetros de canal quando os cem quilômetros estiverem prontos. A gente já pretende, como eu bem coloquei aqui para os Srs. Senadores, que as bombas da primeira estação de bombeamento, em Cabrobó, do Eixo Norte – interessa também à Paraíba, que vai lá chegar à região de Sousa e Cajazeiras –, já estão com seu processo de pré-montagem sendo efetivado. A montagem deverá começar na próxima semana, e a ideia é de que, no momento em que essas bombas estiverem montadas e a ligação de energia feita, a gente já consiga fazer, na fase de pré-operação, o bombeamento. Aí, vai enchendo aquele trecho de canal, vai enchendo aquela primeira barragem, que é a Barragem Tucutu, e a mesma coisa no Eixo Leste, onde temos aí, realmente, com a defasagem de 15 a 30 dias em relação ao Eixo Norte, porque a estação de bombeamento do Leste...

É como eu digo: as construtoras não são as mesmas – o Senador Inácio Arruda colocou aqui bem. Eu não posso escolher a construtora para trabalhar. A construtora que surge para firmar o contrato conosco é fruto de uma licitação. Então, temos construtoras mais eficientes e construtoras menos eficientes, e é nosso papel fiscalizar, monitorar, para tentarmos adquirir a mesma eficiência.

Também na Meta 1 Leste, a ideia é de que tenhamos o início da montagem das bombas ainda até o final do mês de março, o mais tardar no início de abril, e, com a ligação de energia sendo feita, a gente já inicia o bombeamento e o preenchimento da primeira barragem, que é a Barragem de Areia, porque o trabalho realmente... No projeto como um todo, são 27 barragens, mas, para cada meta que vai sendo alcançada, eu tenho algumas barragens para preencher. Algumas podem ter contribuição da chuva e colaborar, ao passo que, quanto àquilo que vai ficando pronto, a gente pretende já ter algo funcionando aí em termos da primeira estação de bombeamento até o mês de junho. E, aí, a gente inicia o processo de preenchimento daquilo que vai ficando pronto: trecho de canal, barragem que vai ficando pronta. Aí, eu posso ter, sim, durante cinco ou seis meses, até o fim do ano, se não houver exatamente os cem quilômetros preenchidos de água, podemos ter perto disso. Então, há, sim, essa condição.

Agora, são muitas as condicionantes. A gente está trabalhando no detalhe. Apresentei aquele perfil esquemático para os senhores, que mostra todas as obras. Estamos acompanhando obra por obra – um aqueduto, cada estação de bombeamento, cada barragem, uma galeria cujo canal passa por baixo de uma rodovia, ou seja, um túnel que liga o Estado de Pernambuco ao Ceará.

Por exemplo, gostaria muito que a água chegasse, Senador Inácio Arruda – o Senador Pimentel não está –, ao Ceará neste ano de 2014. E teria tudo para chegar. Agora, por conta da terceira estação de bombeamento, que é a maior delas, ali feita próxima a Salgueiro... Poderemos tê-la concluída, mas, no nosso cronograma...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – Em Salgueiro.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – É, em Salgueiro. Mas, no nosso cronograma, ela está para o início de 2015; ou seja, para a virada do ano.

E o Túnel Milagres é pequeno, mas difícil de fazer, porque vai ser revestido, por estar localizado em região sedimentar. Por conta desses dois detalhes, eu não chegaria ao Ceará. Não estaria em condições de jogar água no Ceará até dezembro, mas temos a perspectiva de, sim, ainda no primeiro semestre do próximo ano, poder estar com isso aí. Eu trabalho com dados e cronogramas realistas.

Então, não estamos aí, nem vou prometer que a obra ficará pronta no final de 2014, mas posso dizer tecnicamente que é possível, sim, a gente trabalhar até o final do ano com essas condições. Agora, tudo pode acontecer, como o caso de uma greve que está tendo lá, e estamos procurando resolver esse problema.

A agricultura irrigada, preocupação do Senador Humberto Costa. Senador, sou favorável a uma discussão. Precisamos fazer uma discussão. Eu acho que essa questão da agricultura irrigada tem de ser muito tratada em parceria com os Estados. Acho que cada Estado tem de ter o protagonismo de discutir o modelo que quer adotar nessa área da agricultura irrigada.

No caso de Pernambuco, eu acho que isso foi muito definido pela Codevasf e pelo próprio Ministério da Integração, e o Estado ficou meio que alheio ao processo de discussão de que modelo quer. Então, eu vejo assim. Eu digo isso, porque eu sou de um Estado, que é o Estado do Ceará, em que, com o DNOCS, se discute muito. Quando vai se discutir a questão de se fazer uma barragem, como o Senador colocou aqui, de Fronteiras ou um projeto de irrigação, há uma interação maior entre o agente federal e os agentes estaduais. Eu acho que, em Pernambuco, precisaria haver essa integração maior, com a Codevasf sentando mais para conversar com o Governo de Pernambuco e com as Lideranças de Pernambuco para definir o modelo e não ficar a discussão mais no âmbito federal, com o Estado não participando muito.

Nós estamos abertos à discussão. Foi um modelo que foi estabelecido. Esse modelo de CDRU, de concessão, de ter um integrador pode dar certo em alguns casos e pode não dar certo em outros casos. Eu acho que não existe um modelo pronto, ainda mais numa atividade tão dinâmica e tão multifacetada como é a agricultura irrigada. Não há um modelo pronto para todas as áreas, para todos os Estados. Eu acho que, no Maranhão, no Piauí, em determinados projetos, pode haver um modelo; em Pernambuco, na região de Petrolina, ou em Juazeiro, na Bahia, que têm um modelo já consagrado, pode ser aquele modelo, melhorado. Então, eu acho que isso pode ser discutido.

Agora, a licitação foi feita e existe um contrato firmado da Codevasf com o agente que ganhou a CDRU, o direito de concessão, o direito de uso. Agora, estamos acompanhando, através da Codevasf, de forma rigorosa, o contrato. Não havendo o cumprimento das cláusulas contratuais, obviamente, esse contrato será rescindido. Então, nós estamos atentos a esse processo e estamos abertos à discussão para a continuação do programa Mais Irrigação que está estabelecido.

Quanto à adutora do Pajeú, Senador, como o senhor bem sabe, a primeira etapa já está funcionando. Tirou aquela região ali de Municípios importantes da Bacia do Pajeú do colapso, pois iriam entrar em colapso total. Cidades como Serra Talhada e Afogados da Ingazeira foram salvas do colapso através da adutora, mesmo não estando totalmente pronta, porque faltavam-se fazer os reservatórios de estabilização de pressão. Esses reservatórios já estão sendo concluídos pelo DNOCS. A segunda etapa da parte de obras civis já foi licitada pelo DNOCS em Pernambuco. E a parte de fornecimento de tubulações é uma outra licitação que está em processo. Não tenha dúvida de que nós estamos também acompanhando de perto, para, o mais rápido possível, poder dar a ordem de serviço dessa segunda etapa, que está incluída no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O Senador Cícero Lucena levantou a questão, Senador – eu acho que estive com os senhores em janeiro da última vez –, de dar maior celeridade às obras do Eixo Leste. Como eu coloquei de novo, nós ainda estamos num processo de intensificar e dar celeridade, como o Senador Inácio bem colocou. Nem todas as empresas são iguais. Nós temos dificuldades. O Brasil está tendo muita obra, como nunca teve na vida. E a nossa engenharia mesmo ainda está em processo de restruturação. Isso vale para as empresas de projeto e para as empresas de construção civil, mas nós estamos aí num processo de fiscalização e monitoramento muito forte, fazendo com que a empresa dê maior celeridade às obras do Eixo Leste.

Como eu bem disse ao senhor, já no ano passado – não exatamente em junho, mas logo após a ordem de serviço que foi dada, não me lembro bem –, o Túnel Monteiro já começou a ser trabalhado no seu emboque, ou seja, para começar a escavação do túnel, nós temos de aprofundar 30m para iniciar a escavação. Já no ano passado, ela foi iniciada pelo lado de Pernambuco. Pelo lado da Paraíba, de Monteiro, essa escavação já foi iniciada no mês passado. O que a Prefeita colocou aí é uma decisão sobre um terreno sobre o qual o Município está fazendo um acordo para instalar a fábrica de pré-moldados. É o canteiro com a fábrica de pré-moldados. É um canteiro com uma fábrica de pré-moldados que vai trabalhar outra obra importante dentro da Paraíba. Essa é totalmente dentro do Município de Monteiro, que é a galeria de Monteiro. A água vai passar numa tubulação ali por baixo da periferia da cidade de Monteiro até pegar a cota e chegar ao leito do Rio Paraíba. Então, a empresa já vai, a partir desse mês, montar a fábrica e começar a produzir os pré-moldados, no início de abril, que são as peças que vão servir para montagem da galeria.

Nós otimizamos o projeto, que foi uma coisa necessária porque perdemos um tempo agora, mas ganhamos no processo de execução das obras. Nós diminuímos o tamanho do túnel, que era de seis quilômetros, para três quilômetros. Tivemos que transladar um pouco o túnel para diminuir de tamanho, consequentemente, o trecho de obra dentro ali do Município de Monteiro. Isso fez com que tivéssemos que adequar algumas desapropriações.

Como o Projeto São Francisco é também um projeto exemplar no Brasil nesse sentido – e o Senador Inácio Arruda colocou muito bem – do tratamento não só do ser humano, das populações impactadas, mas também do meio ambiente de uma forma geral, com a fauna, a flora, no que se refere à desapropriação, não chegamos simplesmente como a própria legislação recomenda – deposita em juízo, manda a polícia lá e tira o cidadão do meio para a obra passar –, não. Nós usamos os instrumentos disponíveis que existem.

Inclusive, este ano, eu tive uma reunião com o Presidente do Tribunal Regional Federal em Recife, para poder dar apoio aos juízes federais nas diversas comarcas da região do Projeto São Francisco para podermos regularizar a situação das desapropriações, ou seja, nós sabemos que, principalmente no Nordeste, a maioria das famílias que mora no meio rural não tem o título da propriedade. Não tem. Então, regularizamos com apoio de Defensoria Federal, com apoio da Advocacia da União e fazemos a negociação já em caráter judicial, e o cidadão já sai com sua terra legalizada e recebe já o dinheiro daquilo que foi desapropriado. Então, esse é um processo que não é tão rápido, mas que é muito importante do ponto de vista social. Se seguíssemos simplesmente a legislação, depositássemos em juízo e tirássemos a população do meio...

Como houve esse translado, nós tivemos alguns detalhes de adequação de desapropriação, mas isso já está sendo resolvido e efetivamente as obras começaram em Monteiro, sendo o túnel trabalhado nos dois sentidos. Agora a fábrica de pré-moldados vai ser montada na cidade de Monteiro. Há uma previsão de geração ali de mil empregos naquela região, para poder montar. Eu diria que é o maior volume de obras a Meta 3 Leste, como chamamos aquela região, e estamos intensificando o trabalho sobre a empresa.

Sobre a questão de Campina Grande, realmente sabemos que, nos anos 90, Campina Grande já chegou à iminência de um colapso com o Açude Boqueirão, um reservatório sobrecarregado. Nós estamos atentos a esse processo, até porque nós temos a nossa Secretaria de Defesa Civil e, por recomendação da Presidenta Dilma, nós convidamos todos os Governos dos Estados do Nordeste. Estivemos com os governadores de todos os Estados – está faltando o de Sergipe –, para podermos sentar à mesa e elaborar, em parceria com os Estados, o plano de contingência para diminuir o problema da água, no meio rural, através da Operação Pipa do Exército.

Sabemos que, no meio rural, o carro-pipa é um paliativo, mas diminui o sofrimento, garante ali aquela água de beber, de cozinhar, para a população. O problema, a seca continuando, é o colapso das cidades, ou seja, é você ter cidades de 50 mil, 60 mil, 70 mil, quase 100 mil habitantes, como no caso do Ceará, que se não houver intervenções poderá entrar em colapso. Então...

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Permita-me, Ministro. Em Campina são 500 mil habitantes.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Pois é.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – E basicamente Campina foi a razão do Eixo Leste, porque quando eu assumi o Ministério...

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Tem razão.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – ... na transposição do São Francisco, não existia o Eixo Leste. Só existia o Eixo Norte, e nós tivemos a oportunidade de iniciar esse projeto. A Presidente Dilma esteve na Paraíba. Algo que era impensado na Paraíba era o Brejo Paraibano precisar de água transposta. E o...

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – E o Brejo hoje tem problema de água.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Hoje tem. São 16 cidades que vão ser abastecidas também se a transposição acontecer.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Quando foi pensado pelo Ministério da Integração, ainda no governo do Presidente Lula, o Canal das Vertentes Litorâneas, houve até especialistas na Paraíba criticando que não precisaria disso, e está aí, hoje, a demonstração de que realmente...

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – Juntamente com o Governador Cássio, à época era o Governador do Estado.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Exatamente, que precisaríamos, o Governador Cássio; então, esse canal era realmente o Governador Cássio Cunha Lima e o Presidente Lula, e esse canal foi incluído agora pela Presidente Dilma no PAC para poder resolver o problema de água do Brejo.

Mas, como eu vinha bem dizendo, no caso de Campina Grande, temos que acompanhar. E cabe ao Estado, a nós do Ministério, através da nossa Secretaria Nacional de Defesa Civil... Estamos trabalhando nesse grupo de convivência com a seca, intensamente, também com vários ministérios e instituições federais, mas, principalmente com a Agência Nacional de Águas. Quero dizer que o Ministério hoje está muito integrado com a ANA e estamos atentos não só a essa questão do Açude Boqueirão, mas temos preocupação também com Coremas-Mãe D'Água; o Coremas hoje não consegue liberar a água para chegar, para atender ao Rio Grande do Norte, a água só chega praticamente na divisa.

Já sentamos à mesa para discutir com o Governo da Paraíba, com o Governo do Rio Grande do Norte, para falar especificamente daquela região soluções...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – ... para Mossoró, soluções para Caicó, e Campina Grande também estamos discutindo, mas vai ter que segurar um pouco a água até a transposição chegar, é a solução, racionalizar cada vez mais o uso dessa água.

Sobre o incremento da obra, aquele número de 52% era de dezembro, esse número de mais de 55% é de fevereiro; então são dois meses, e nós evoluímos, queríamos ter evoluído quatro ou mais de quatro, evoluímos cerca de 3,5%, 3,6%, por causa das chuvas agora em fevereiro, mas foi uma evolução razoável, e a intenção é que essa evolução aumente. Eu não tenho muita dúvida de que consigamos concluir o ano com, no mínimo, 75% das obras executadas, ficando 25% para o próximo ano.

Sobre a revitalização do São Francisco, fico à disposição. Não trouxe muitos dados sobre a revitalização, porque merece um debate só sobre isso. O saneamento das cidades nos rios receptores é um dos componentes dos programas ambientais do Projeto São Francisco, está sendo tratado em parceria com a Funasa e o Ministério das Cidades e as companhias de saneamento estaduais. Posso antecipar que vários projetos foram desenvolvidos para a coleta de esgoto dessas cidades; então, o Ministério das Cidades e Funasa estão encarregados de implantar esse sistema de esgotamento – nós temos acompanhado. E as companhias de saneamento são os atores principais, em parceria com Funasa e Ministério das Cidades, no caso das bacias receptoras.

A questão da obra parada. Não quero aqui... Questão de luta entre capital e trabalho, os trabalhadores têm todo o direito de questionar e querer, especialmente nesse momento que há emprego pleno na região. Na região, hoje, ali de Salgueiro e Cabrobó, em Pernambuco; o Cariri, no Ceará, e chegando ali até a região da Paraíba, está faltando até mão de obra para as empresas contratarem, até porque também o Cinturão das Águas começou, há muitas obras sendo feitas, então, está faltando até mão de obra.

O sindicato, no Ceará, dos trabalhadores da engenharia pesada é muito atuante, muito atento. Houve uma negociação. São dois grandes contratos no Ceará: um é com a Serveng, que foi resolvido; esse com a Queiroz Galvão já havia sido resolvido, mas os trabalhadores voltaram atrás, porque a outra empresa parece que deu mais ganhos, mas é uma coisa que... Eu não enxergo uma empresa do tamanho de uma Queiroz Galvão – não quero defender aqui a empresa –, empresa internacional, visitei o canteiro, conheço as condições de trabalho, essas empresas primam por ter alojamentos, condições de trabalho melhores, por isso que cobram até mais caro o valor das obras, também por outros motivos, mas não é bem uma questão da alimentação, é mais questão do trabalhador que quer mais ganho, quer mais benefício, e eles têm a razão deles. E eles estão hoje se reunindo, junto à Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, para poder decidir isso.

Estamos acompanhando, monitorando, mas o Ministério também está atento às condições de trabalho...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Quero dizer ao Sr. Ministro que...

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – ...de todos os 9.200 trabalhadores envolvidos na obra.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – ...têm o nosso apoio os trabalhadores.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Pois é, isso que eu quero dizer.

Então, é por isso que eu digo que os trabalhadores estão corretos no sentido de usarem a força do sindicato. O Senador Inácio sabe e o Senador Pimentel também sabe que é um sindicato muito organizado no Ceará e que conseguiu um avanço social muito grande. Mas basta dizer o seguinte, Senador Cícero, que, nesse contrato, há um trecho de obra, que é o antigo Lote 6, no Ceará, e um trecho de obra, que é o antigo Lote 7, na Paraíba. Ou seja, é o mesmo contrato e a mesma forma de relação de trabalho. Os trabalhadores do lado do Ceará entraram em greve e os da Paraíba não, para vocês verem como o sindicato é forte.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco Minoria/PSDB - PB) – E é na minha cidade.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – Pois é. Mas a isso nós estamos atentos, faz parte da democracia e a gente quer que se resolva. Vamos monitorar para se resolver o mais rápido possível.

O trecho do Piancó, nós recebemos um pré-estudo, uma pré-viabilidade do Estado da Paraíba, estamos dentro do Ministério preparando documentação para contratar um estudo de viabilidade com anteprojeto que permitirá, no futuro, fazer uma RDC integrada. Trata-se de um eixo federal, embora vá atender a Paraíba. Mas metade do trecho é dentro do Ceará e metade é dentro do território paraibano. Aí nós vamos ter que tratar através do Ministério da Integração ou mesmo do DNOCS.

O Senador Eduardo Amorim, de Sergipe, levantou a questão da pobreza na margem do São Francisco. A gente sabe que a água, por si só, não é um fator determinante do desenvolvimento, é um dos fatores condicionantes, e falou-se do Canal do Xingó. Vai demorar. Olha, eu vou falar aqui que eu me lembro, quando eu era estudante de engenharia ainda, quando o Governador Geraldo Bulhões, de Alagoas, tentou iniciar o Canal do Sertão Alagoano. Acho que isso foi nos anos 80. Olha, esse canal, ficou parado desde lá até ser criado o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

Eu quero fazer aqui justiça ao Presidente Lula, à Presidenta Dilma. Várias dessas grandes obras estruturantes, que eram apenas sonhos de nordestinos e brasileiros lá atrás, estão virando realidade por conta de um instrumento como o PAC. Esse Canal do Sertão Alagoano, da forma como ele vinha sendo planejado e pensado no passado... E o Canal do Xingó data dessa época ainda. Eu fui engenheiro no início dos anos 90 de uma empresa de consultoria que fez um pré-estudo para a Codevasf desse canal do sertão, do Canal do Xingó. Na realidade, um já está em obras e para o outro está se fazendo um projeto como deve ser feito agora, por decisão do Governo da Presidenta Dilma no âmbito do PAC.

Então, não tenho dúvida de que nós vamos fazer... A Codevasf já está contratando esse anteprojeto, que vai permitir, através do regime diferenciado de contratação, fazer o projeto executivo e a obra dentro do PAC 3. Isso é uma questão de tempo. Mas, infelizmente, se, no passado, a coisa não andou, lá atrás, quando era pensado esse canal, está andando agora e não tenho dúvida de que vai ser feito. Nós não esperamos mais de cem anos pelo projeto de integração do São Francisco, o Eixo Norte e o Leste? Ele não saiu com o Presidente Lula e vai ser concluído com certeza até o final de 2015? Então, sai.

Estamos vivendo governos em que a gente vê, no Brasil, as coisas começarem e as coisas terminarem. Muita coisa começava e não terminava. Essa é a realidade. Então, eu não tenho dúvida, Senador Antonio Carlos Valadares, que esse canal, sim, vai ter o seu anteprojeto feito. A Codevasf está agora em processo de contratação do anteprojeto, em seis, sete meses se desenvolve esse anteprojeto e a gente vai ter as condições de, no próximo governo, iniciar as obras. O senhor vai ver esse canal ser iniciado. Até porque nós estamos vivendo em um governo que, só no Nordeste, está investindo na área de recursos hídricos mais de R$30 bilhões. Eu nunca ouvi falar disso na história deste País. Como dizia o Presidente Lula, nunca antes na história deste País a gente viu tanto investimento na área de recursos hídricos, e não é só por causa da seca não. Já vinha sendo investido e, claro, houve um incremento, porque é na seca que a gente vê as grandes vulnerabilidades e novos investimentos vão surgindo.

O Senador Pimentel falou da concentração de esforços. Nós estamos fazendo exatamente isto: nós estamos concentrando os esforços no caminho da água. A gente que concluir a Meta 1 Norte, a Meta 1 Leste, depois a 2 Norte, a 2 Leste, para poder, exatamente, ao passo, como eu disse aqui quando abordei as questões levantadas pelo Senador Humberto Costa, ao passo que trechos mais próximos da captação forem ficando prontos, a gente já vá enchendo o canal e os reservatórios.

Então, a ideia é essa, é no sentido de a gente concluir a Meta 1 Norte o mais rápido possível, a Meta 1 Leste e, depois, 2 Norte, 2 Leste e, no final, as três últimas metas, as duas últimas, a 3 Leste e a 3 Norte, para poder finalmente a água chegar à Paraíba através da ponta dos dois canais.

A Barragem Fronteiras se encontra já em processo de licitação pelo DNOCS. O DNOCS encerrou o processo de análise, Senador Inácio Arruda, das propostas, foi decretado um consórcio vencedor, mas houve contestação na Justiça. Isso também fica fora da nossa governança e é normal. Num Estado democrático de direito, houve uma contestação da empresa que perdeu, ela entrou na Justiça, por duas ou três vezes, o DNOCS conseguiu ganhar, mas, por fim, a empresa entrou no Tribunal de Contas da União e o TCU pediu toda a documentação da licitação, está analisando, avaliando, e o DNOCS tem que esperar a decisão do TCU para poder concluir a licitação, afirmar o contrato.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE. *Fora do microfone.*) – O TCU ficou mais forte do que o Judiciário.

**O SR. FRANCISCO JOSÉ COELHO TEIXEIRA** – É, mas isso... E, por precaução, o DNOCS está aguardando, até porque o Tribunal de Contas da União levou todos os documentos. Então, nós estamos aguardando o pronunciamento do Tribunal de Contas da União para efetivar a contratação e dar a ordem de serviço dessa importante obra ali do Sertão dos Inhamuns, no Ceará.

E, por fim, quero só... Assim, as barragens do Coreaú, o Senador Inácio Arruda já levantou essa questão...

Senador, já há uma barragem que, por solicitação dos senhores e do Governador Cid Gomes, inclusive, uma no Rio Coreaú, é a barragem Frecheirinha ali no Município de Frecheirinha, já houve a solicitação para incluir no âmbito do PAC essa barragem, mas realmente existe um potencial hídrico maior para se fazer novas barragens na Bacia do Coreaú, como a Barragem de Paula Pessoa num grande afluente ali de Viçosa, do Rio Itacolomi, outra barragem no Rio Coreaú, nós temos discutido com o Estado do Ceará para preparar propostas para inclusão inclusive no PAC 3, não só de barragem na Bacia do Coreaú e como duas barragens importantes que falta fazer na Bacia do Acaraú, no Rio Macacos e Jacurutu. Ou seja, no caso do Ceará, a única fronteira hídrica que ainda tem possibilidade de haver incremento de oferta é nessas duas bacias, fazer umas duas barragens na Bacia do Coreaú e duas na Bacia do Acaraú. Então estamos aí discutindo com o Governador do Estado, com a própria Secretaria de Recursos Hídricos. É importante que também o Estado nos dê o apoio e as informações nesse processo.

E, por fim, eu quero agradecer ao Senador Carlos Valadares e aos demais Senadores a oportunidade e a paciência de me escutarem e dizer que o Projeto São Francisco, como o Senador Inácio Arruda colocou, ele inova não só pelo fato de estar fazendo uma das maiores obras do País, a maior obra hídrica que este País já viu, uma obra diferente, que é uma integração de bacias de quase 500km de eixo de canais, mas inova também no tratamento com a sociedade impactada pela obra e com o meio ambiente.

Eu desafio qualquer empreendimento que esteja sendo feito no País, que tenha um componente ambiental, por exemplo, que custa 12% do valor do empreendimento, ou seja, R$18,2 bilhões, e R$1 bilhão é para a área socioambiental.

E está trazendo um grande benefício para a região, no conhecimento melhor da flora e da fauna, do ecossistema Caatinga, e eu diria que levando e facilitando, incrementando o conhecimento dos nossos intelectuais, dos nossos cientistas nessa área. Uma universidade federal, como a Universidade Federal do Vale do São Francisco em Petrolina, está recebendo um aporte de recursos razoável, tem trabalhado em parceria conosco no monitoramento, no resgate da fauna e no monitoramento de toda a parte de flora. Estamos trabalhando na parte de arqueologia e paleontologia com a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM), da Profª Niéde Guidon, o Inapas, que é uma organização que abrange vários institutos dessa área de arqueologia e paleontologia no Brasil.

Ou seja, as melhores cabeças envolvidas com a questão ambiental, com a questão social e com as questões de arqueologia e paleontologia estão envolvidas nesse Projeto São Francisco. Não é só uma simples obra de engenharia. É uma obra que está inovando a engenharia no Brasil, mas, fundamentalmente, o trato no impacto causado por essas obras, como também vai estabelecer definitivamente um eficiente modelo de gestão das águas no Nordeste brasileiro. Então, não tenho dúvida de que esse é um empreendimento que vai dar uma inflexão na questão da política de recursos hídricos e na questão socioambiental no Nordeste.

Muito obrigado pela oportunidade e pela paciência de me escutarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Ministro, ao encerrar esta reunião, mais uma vez eu gostaria de agradecer, em nome de todos, a sua participação nesta audiência pública, que veio, sem dúvida alguma, contribuir para o debate em torno dessa questão tão vital para o Nordeste do Brasil, que é o aproveitamento dos nossos recursos hídricos proporcionados pelo Rio São Francisco.

Essa obra, como V. Exª assinalou, é revestida de muita complexidade, mas, pela explanação feita por V. Exª, chegamos à conclusão, sem dúvida alguma, para fazer justiça, de que todos os esforços estão sendo expendidos pelo Ministério no sentido de dar maior celeridade à sua execução.

O projeto básico ambiental, conforme informação a respeito desse projeto que nos foi dada pelo próprio Ministério, começou a ser feito em 1997. E, para que cheguemos à conclusão da complexidade dessa obra, que V. Exª registrou que mais de R$1 bilhão estão sendo investidos somente na matéria ambiental, a execução do PBA (Programa Básico Ambiental), exige a execução de 38 programas ambientais. Trinta e oito programas! Isso para mostrar que realmente é muito complexo, e há um controle extremamente rígido dos órgãos ambientais na execução desse projeto. Também houve várias deficiências no início aqui apontadas, como, por exemplo, problema de topografia, de geotecnia, quantitativos do projeto básico não traduziram a realidade do campo, etc.

São várias as razões que, no início, demandaram esforços ainda maiores do Ministério no sentido de transpor essas dificuldades e colocaram projetos da transposição no estágio em que atualmente se encontram, quando mais de 55% desse montante já estão sendo executados.

Portanto, foi muito boa a explicação de V. Exª. Tenho certeza de que convenceu todos aqueles que tinham alguma dúvida sobre, por exemplo, o paradeiro, que aconteceu em 2011 e 2012, e agora com o dinamismo empreendido às obras nos anos 2013/2014.

Nossa palavra, portanto, é de regozijo, de agradecimento pela honra de sua presença nesta Comissão.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – O Vice-Presidente, Senador Inácio Arruda, deseja ainda fazer um pronunciamento.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco Apoio Governo/PCdoB - CE) – É só para lembrar os nossos colegas Senadores que a nossa Comissão vai realizar uma reunião na sexta-feira, na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que é muito importante, conduzida por V. Exª, em Recife, para discutir exatamente o papel desse órgão estratégico para o Nordeste brasileiro.

Eu lembro que, quando Celso Furtado dialogou, de forma franca, com o Presidente Juscelino, o primeiro receio dele foi de que sairia da reunião com Juscelino preso, mas, depois de 40 minutos de verdades, ele saiu praticamente como superintendente desse novo órgão. Desde então, tem havido um grande embate sobre o papel dessa instituição. E mais ainda agora.

Esse órgão foi, como todos nós sabemos, ressuscitado pelo Presidente Lula. Ele tinha sido liquidado. Foi ressuscitado, mas ele precisa ganhar uma nova dinâmica, e esse é o objetivo da nossa reunião.

Fiz questão de prestar essa informação, porque a Sudene está no âmbito exatamente do Ministério da Integração. É uma das estruturas, digamos assim, de desenvolvimento regional mais importantes do Brasil e nós temos que examinar esse seu novo papel. É muito importante que estejamos presentes na reunião, que tem valor o destacado de examinar o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Valadares. Bloco Apoio Governo/PSB - SE) – Sr. Ministro, por fim, eu gostaria também de assinalar que no Estado de Sergipe, que eu tenho o privilégio de representar nesta Casa, a Codevasf, que é uma empresa ligada ao seu Ministério, está realizando uma obra magistral de revitalização dos perímetros irrigados e do Baixo São Francisco, envolvendo, envolvendo Propriá, Cotinguiba/Pindoba e Betume, assim como obras de saneamento básico em 14 Municípios. São mais de R$250 milhões que o Ministério da Integração, através da Codevasf, vem investindo no Estado de Sergipe, uma obra que posso chamar de histórica, porque há mais de 40 anos os perímetros irrigados do Estado de Sergipe estavam precisando, para o aumento da produção de arroz, da revitalização de seus perímetros. E isso está acontecendo – quero fazer justiça – neste momento em que a Presidenta Dilma governa este País. E V. Exª está no Ministério, substituindo um grande pernambucano, o Senador Fernando Bezerra, que também trabalhou no sentido de proporcionar ao Estado de Sergipe a realização dessas obras que estão tendo continuidade na sua gestão.

E também quero dizer que o Projeto Xingó, eu acredito na sua viabilização. O seu Ministério está dando força para que isso aconteça o mais rápido possível. Quem sabe no próximo ano, como disse V. Exª, com a elaboração do anteprojeto, nós estejamos já iniciando as obras do Projeto Xingó, que vai atender ao alto sertão sergipano. São mais de 15 mil pequenos e médios agricultores que serão beneficiados com a realização dessas obras de sedentação animal, irrigação, enfim, obras importantes para o desenvolvimento do nosso Estado. É a maior obra de recursos hídricos jamais realizada no Estado de Sergipe.

Por isso eu quero enaltecer o trabalho do Ministério da Integração e da Codevasf e reconhecer que a exposição aqui feita por V. Exª elucidou em todos os seus pormenores todas as dúvidas que podíamos ter em relação à transposição do Rio São Francisco e a sua revitalização.

Agradeço a V. Exª e a todos.

Está encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 9 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)*